**PROJETO BÁSICO**

# OBJETO

Contratação de empresa especializada para Adequação da Infraestrutura Predial, Fornecimento, Instalação e Manutenção de 01 (uma) plataforma cabinada na Sede da EMAP, localizada no Porto do Itaqui em São Luís – MA.

# DETALHAMENTO DO OBJETO

O detalhamento do objeto deste Projeto Básico consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção do seguinte equipamento:

* 01 (uma) Plataforma Cabinada com 02 (duas) paradas opostas, acionamento hidráulico, com percurso de 4,00 (quatro) metros com cabine em chapa de aço carbono, na cor branco, para o prédio Sede da Emap.

O Detalhamento do objeto deste Projeto Básico encontra-se em seu respectivo Caderno de Encargos em anexo.

* 1. Inovações e Melhorias

A Contratada poderá inovar na fabricação/Instalação dos equipamentos nos quesitos:

* Melhoria no sistema de acionamento do elevador;
* Melhoria no sistema de comando, controle e proteção elétricos dos equipamentos;
* Melhoria no design dos acabamentos internos da cabine;
  1. Restrições do Projeto

A Contratada deve, impreterivelmente, obedecer às seguintes restrições de projeto:

* Capacidade de carga e uso da plataforma cabinada;
* Especificação dos vidros a serem utilizados;

* 1. Planilha de Serviços e Quantidades

Os serviços contemplados neste Projeto Básico estão sintetizados na Tabela 1, a seguir:

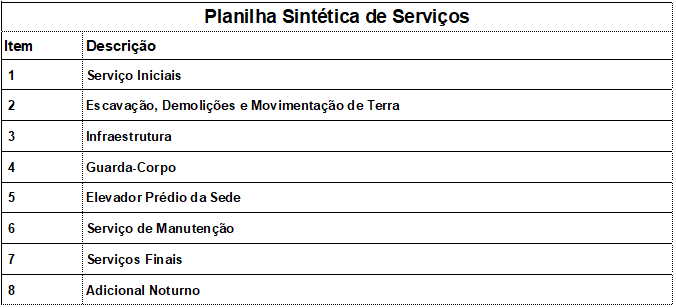


Tabela 1: Planilha Sintética de Serviços



# JUSTIFICATIVA

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) tem Valores, dos quais destaca-se a Segurança - zelamos pela vida, saúde e segurança das pessoas e a Sustentabilidade - prezamos pelo bem-estar da sociedade e respeitamos o meio ambiente.

Além dos Valores, comprometida com o bem-estar e segurança dos seus colaboradores, a EMAP mantém um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho com foco em princípios, dos quais ressalta-se: Garantir a conformidade legal e outros requisitos aplicáveis.

Em se tratando de Conformidade legal, a Lei da Acessibilidade - Lei nº 10.098/2000 - define uma série de adaptações básicas para garantir o acesso de portadores de deficiência aos mais variados espaços. De acordo com a lei, a pessoa com deficiência é aquela que tem capacidade limitada de se relacionar com o meio ou utilizá-lo, de forma permanente ou temporária.

A acessibilidade é uma característica básica do ambiente construído. É o modo como se pode acessar moradias, edifícios públicos, locais de trabalho, etc., e usá-los. A acessibilidade habilita pessoas, incluindo pessoas com deficiência, a participar das atividades econômicas e sociais para as quais as construções foram planejadas.

O artigo 57 da Lei 13.146/2015 conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência trata desta questão da adaptação das edificações públicas e privadas de uso coletivo, que tiveram que se readequar para atender as normas de acessibilidade. “As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes” (Art. 57, Lei 13.146/2015).

Portanto, deve-se ter em mente que garantir acessibilidade é uma questão de respeito e não se trata apenas de pessoas com algum tipo de deficiência motora.

É nesse contexto de busca pela melhoria da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui, assim como de atendimento a inclusão e a diversidade aliado à necessidade de garantir a acessibilidade a todos, que a EMAP apresenta este Projeto Básico para Contratação de Empresa Especializada para Adequação da Infraestrutura Predial, Fornecimento, Instalação e Manutenção de 01 (uma) plataforma cabinada na Sede da EMAP, localizada no Porto do Itaqui em São Luís – MA.

# SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade é uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Neste sentido, o Projeto Básico em questão ressalta a sustentabilidade deste Projeto nos seguintes itens:

**Geração de efluentes:**

Não haverá geração excessiva de efluentes, somente aqueles provenientes da atividade humana em processo laboral. Para tanto serão utilizadas as instalações sanitárias já existentes na Sede da EMAP no Porto do Itaqui, as quais já possuem destinação adequada.

**Destinação de resíduos oriundos de demolições e retiradas/entulhos:**

Não haverá geração excessiva de resíduos de demolições. O resíduo gerado, oriundo da adequação da infraestrutura predial, será destinado para aterro sanitário atendendo à legislação vigente.

**Impactos sociais:**

Não haverá impacto negativo para vizinhança (socioambiental), uma vez que o objeto deste Projeto Básico será realizado totalmente dentro da área de administração da EMAP já antropizada.

Como impacto positivo tem-se a geração de novos empregos e a melhoria das condições de acessibilidade na sede da EMAP.

**Impactos para a imagem da EMAP:**

A EMAP, com a execução desse serviço contribuirá para a afirmação da imagem da EMAP com sua política de gestão empreendedora e sustentável focada no potencial humano e na valorização das práticas de desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental e social.

# DA MATRIZ DE RISCO

O inciso X, do Art. 42, da Lei 13.303/2016, conceitua Matriz de Riscos como:

Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;

b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;

c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

Para esta contratação elaborou-se uma Matriz de Risco, conforme anexo V, na qual não foram identificados eventos de risco que gerassem taxa adicional de risco para esta contratação. Esclarece-se que a Taxa de Risco em questão seria um percentual independente dos riscos administrativos contemplados no Bonificações e Despesas Indiretas – BDI.

Já no § 8º do Art. 81 da lei 13.303/2016, informa que “é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, anexo V, como de responsabilidade da Contratada”.

# DA CONTRATAÇÃO

A contratação será de acordo com o art. 42 da Lei 13.303/2016, sob regime de contratação semi-integrada e modo de o critério de julgamento será Menor Preço com modo de disputa fechado, conforme disposto no § 2º, art. 52 da Lei 13.303.

A modalidade de licitação será conforme LRE (Lei de Responsabilidade das Estatais) uma vez que se configura como serviços e equipamento especializado. O julgamento por menor preço tem o objetivo de contratar a proposta mais vantajosa para Administração Pública. O modo de disputa fechado decorre da própria natureza da licitação, em virtude de ser um serviço de engenharia e não serviço comum.

O processo licitatório não é destinado exclusivamente à Microempresas – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais – MEI, pois os valores são expressivos e incompatíveis com os referidos tipos de Pessoa Jurídica, conforme art. 7º da Lei 10.403/2015. Ainda conforme Parágrafo único do Art.12 desta mesma Lei não será utilizado cumulativamente benefícios relativos ao que trata os arts. 7º, 8º, 9º e 10º. Desta forma, informa-se que haverá subcontratação conforme item 23 deste Projeto Básico e não haverá reserva de cota exclusiva para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

Art. 12. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI descritos nos arts. 7º, 8º, 9º e 10 desta Lei não poderão ser utilizados cumulativamente no mesmo certame e deverão ser respeitados os limites estabelecidos em lei.

A contratação será do regime tipo semi-integrada uma vez que a licitante vencedora deverá desenvolver projeto executivo da fundação e torre metálica do elevador adequado ao tipo de equipamento a ser fornecido e de acordo com o Projeto Básico de engenharia apresentado.

Com este tipo de contratação, a Contratada tem a liberdade para implementar melhorias e inovações nos seguintes aspectos:

* Melhoria no sistema de comando e controle do equipamento;
* Melhoria nos itens de segurança do equipamento;
* Melhoria na fundação do equipamento;
* Melhoria nos acessórios do equipamento, quais sejam: materiais de acabamento, botoeiras, corrimãos;

Destaca-se que as melhorias propostas devem ser aprovadas pela Fiscalização da EMAP.

# PRAZOS DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL

7.1 O Prazo de Execução previsto para o Objeto de contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos para fornecer e instalar + 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos para manutenção, contados data de recebimento da Ordem de Serviço (O.S.) emitida pela EMAP autorizando o início das atividades, e observará obrigatoriamente a vigência contratual.

A Ordem de Serviço será emitida em até 15 (quinze) dias corridos após a reunião de *kick off*.

O Prazo de Vigência do Contrato será de 600 dias (seiscentos) dias corridos, contados da data de assinatura do mesmo.

# 8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados segundo o cronograma detalhado anexado a este Projeto Básico. Uma síntese deste cronograma é apresentada na Figura 1 a seguir:

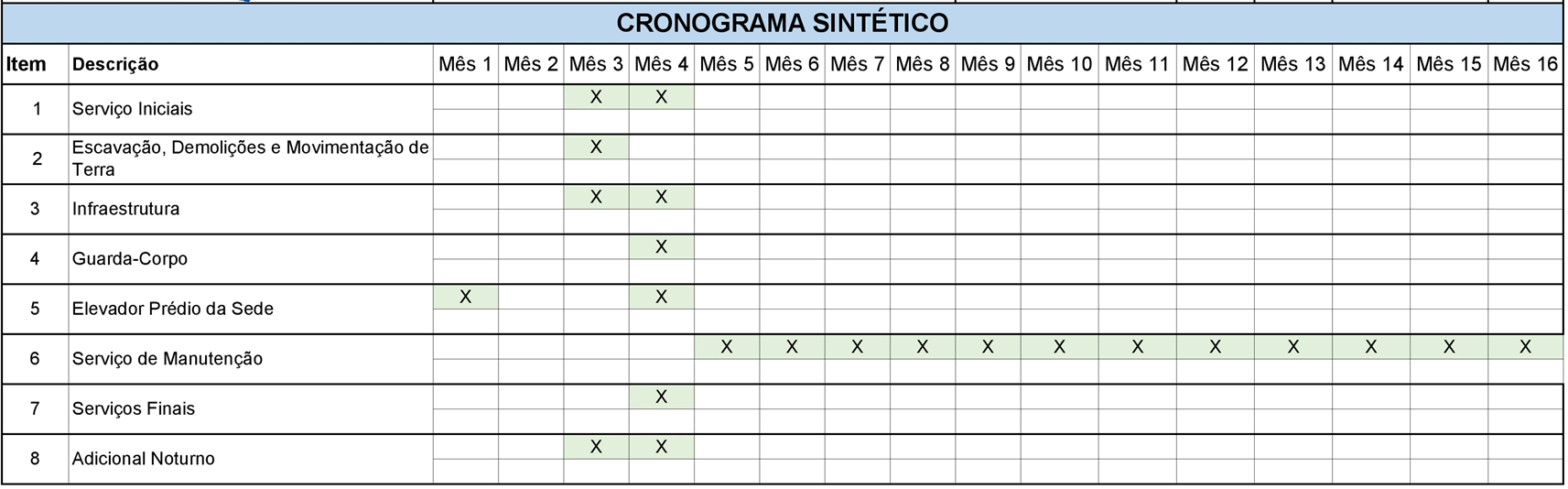


Tabela 3: Cronograma de Execução dos Serviços

# 9. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de instalação do equipamento serão desenvolvidos no prédio da sede da EMAP, localizado na Av. dos Portugueses, s/n°, CEP: 65085-370, Porto do Itaqui - São Luís/MA. O citado equipamento é 01(uma) Plataforma Cabinada.

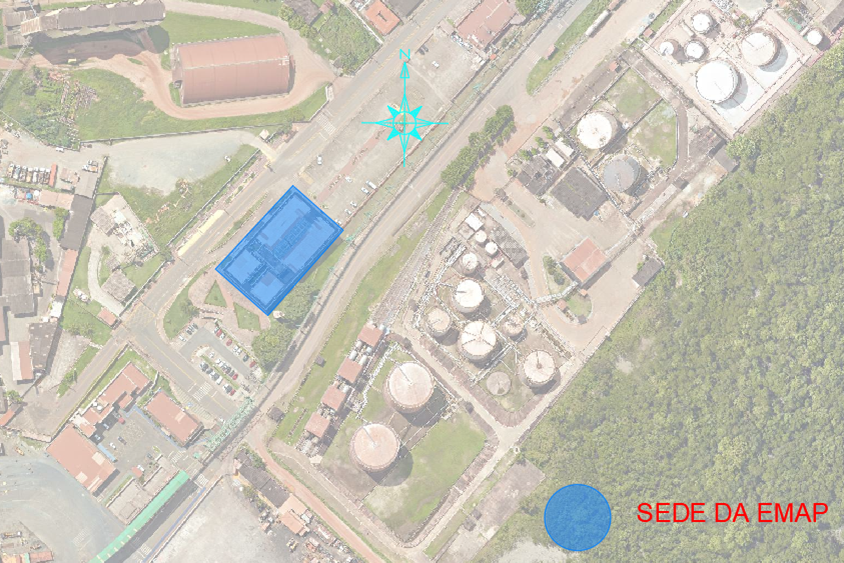


Figura 1: Localização do prédio

# SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

10.1 ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato.

As recomendações a seguir seguem os requisitos legais contidos em:

1. Portaria nº 3.214/78/MTE;
2. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui;
3. Código de Trânsito Brasileiro – CTB, onde aplicável.
   * 1. TRABALHO EM ALTURA (A partir de 2m). Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.
        1. E.P.I´s
4. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
5. Uso de cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo para trabalhos em altura,
6. Para eletricista prevalece a mesma determinação não sendo permitido o uso do cinto abdominal (cinturão).
7. Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias (linha de vida), implementado por profissional devidamente habilitado.
8. Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;
9. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
10. O sistema de proteção contra queda deverá ser constituída de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18.
11. Emissão de Permissão de Trabalho para trabalhos em altura.
12. Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).
    * + 1. USO DE ANDAIME:
13. As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira.
14. Os andaimes devem possuir assoalho completo e contraventamento a partir de 6m e depois a cada 3m.
15. Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho, portinhola que abre para dentro, roda pé com 0,2 m de altura, travessa a 0,7 m e travessa superior a 1,20m do assoalho.
16. Deverá ser apresentado memorial de cálculo e ART das linhas de vida instaladas na obra.
    * + 1. USO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA - PTA:
17. Os operadores devem ser treinados pelo fabricante ou por pessoa por pessoa autorizado pelo fabricante.
18. Deverá ser mantido outro empregado habilitado para operador a plataforma em caso de emergência.
19. O cinto de segurança deverá estar afixado no local correto;
20. Deverá ter um operador reserva habilitado no piso para auxiliar na operação em emergência,
21. Não colocar membros superiores em posição de prensamento,
22. Durante o deslocamento da TPA somente o operador poderá estar no cesto,
23. A PTA deverá ter extintor de incêndio no cesto,
24. A PTA deverá trabalhar isolada em toda a sua área de alcance
    * + 1. USO DE ESCADA:
25. A escada móvel não deve ultrapassar 7m.
26. As escadas devem possuir sapatas antiderrapantes.
27. Não utilizar escadas metálicas para atividades com eletricidade;
28. Ao se utilizar escada de mão para acessar um local de trabalho mais elevado, a extremidade superior da escada deve ultrapassar pelo menos 1 metro o piso deste local.
29. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que

não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com o setor de segurança da EMAP.

1. A empresa deverá manter relação atualizada com os nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar trabalhos em altura e manter uma cópia do documento na frente de serviço.
2. A empresa deverá apresentar certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR-35 de todos os executantes de trabalho em altura.
3. Emitir circular a todos os colaboradores proibindo a realização de atividades sob efeito de drogas (álcool, etc.).
4. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

10.1.2. CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NA POLIGONAL DO PORTO DO ITAQUI. Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/TEM, Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

1. Receber treinamento de normas internas (PROAPI).
2. Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos.
3. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
4. Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui.
5. Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veículo.
6. Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
7. Todos os veículos que estiverem transportando carga com excesso lateral e longitudinal deverão ser conduzidos com escolta.
8. Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
9. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.
10. Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;
11. Deverá ser elaborado inventário dos veículos, além de plano de manutenção preventiva.
12. Não transportar carga dentro da cabine do veículo
    * 1. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A ENERGIA ELÉTRICA. Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.
13. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
14. Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade.
15. Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade.
16. Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo.

10.1.4 MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE, ETC.) Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos de guindar.
3. Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher checklist diariamente.
4. Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas.
5. Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo.
6. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos.
7. Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
8. Deverá ser elaborado plano de rigging para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de içamento de carga.

10.1.5 TRABALHO EM AMBIENTE CONFINADO OU SEMI-CONFINADO (TUBULÕES, TANQUES, CAIXAS, GALERIAS, ETC.). Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

a) Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

b) Avaliação ambiental antes e durante os serviços.

c) Os executantes, vigia e responsável devem ser capacitados conforme NR-33, devendo ser apresentado o certificado que comprove a capacitação dos empregados envolvidos com atividades em espaço confinado.

d) Todos os empregados executantes de trabalhos em espaço confinado deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

e) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.

f) Elaboração de procedimento específico para a atividade em espaço confinado e treinamentos dos executantes no respectivo procedimento.

10.1.6 EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS / ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS, ETC.). Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidos corretamente.
4. Dimensionar medidas de proteção de correias.
5. Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12.
6. Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço,
7. A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa.

10.2.7 ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A: LÍQUIDOS OU GASES INFLAMÁVEIS E/OU COMBUSTÍVEL (ÓLEO DÍESEL, GASOLINA, ETC.). Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Proibição de uso de dispositivos que emitam chamas em área próxima a manuseio e armazenagem de produtos inflamáveis;
4. Estocagem em locais ventilados, isolados e sinalizados, conforme a NBR 17505-2:2006.
5. Devera existir letreiro com dizeres ‘não fume’ e ‘inflamável’ no local de abastecimento / armazenamento e manuseio de produtos inflamáveis.
6. Quando no abastecimento deverá ser executado o aterramento do caminhão e toda a área deverá ser isolada não permitindo o acesso de terceiros.
7. A FISPQ do produto deverá estar no local e os colaboradores devem ter conhecimento dos procedimentos contidos na mesma.
8. Manter relação atualizada de empregados que estão autorizados a realizar atividades com exposição a produtos químicos.
9. A atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos e veículos deverá ser procedimentada e os executantes dessa atividade devem ser treinados no respectivo procedimento.
10. É proibido o uso de GLP para atividades de solda e/ou corte.

10.2.8 MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES, ETC.). Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Fazer uso de respirador semi-facial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado.
4. Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores.
5. Uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação).
6. Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados.
7. Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados.
8. Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos.
9. Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção.

10.1.9 TRABALHO COM CORTE E SOLDA OXIACETILÊNICA. Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Uso de respirador semi-facial para fumos metálicos.
5. Equipamentos com válvulas corta chama na saída dos cilindros e entrada das canetas.
6. Pessoal com treinamento específico para a função e com experiência comprovada.
7. É proibido o uso de GLP para realização de atividades de corte/solda.

10.1.10 EXPOSIÇÃO A POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE. Portaria nº 3.214/78/MTE. Requisitos legais: Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Avaliação ambiental para a função.
5. Implantar Programa de Proteção Respiratória.
6. Em pátios abertos, onde não haja pavimentação, deverá haver umectação das vias de acesso, a fim de eliminar a emissão de particulados.
7. Implantar Programa de Conservação Auditiva.
8. Para realização de atividades com exposição à água, deverá ser considerada a necessidade do uso de roupas especiais, que o proteja os colaboradores contra umidade.

10.1.11 UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, ETC.) Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada.
5. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas.
6. Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra.
7. Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação.
8. Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento.
9. Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas.
10. As extensões elétricas deverão possuir DR

10.1.12 OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, QUE NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, ETC. Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06, (Uso obrigatório de colete salva-vidas)
2. Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP.
3. O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NR`s.
4. As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso.
5. Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26.
6. As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebrada em áreas a céu aberto.
7. Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2.
8. Todos os contêineres deverão ser aterrados.
9. Deverá ser disponibilizados banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.
10. As fiações das instalações elétricas provisórias devem possuir altura de no mínimo 5 (cinco) metros a partir do solo, dimensionada de acordo com as necessidades de serviços especiais ou que empreguem máquinas e equipamentos de grandes dimensões. As fiações devem possuir identificação/sinalização visível de altura.

10.1.13 HAVERÁ USO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO. Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

a) Cumprir as exigências da EMAP.

b) Realizar ligação somente com autorização prévia da EMAP.

c) Informar qualquer alteração ao longo do contrato.

d) O gerador deve permanecer aterrado enquanto estiver em uso.

e) Todo quadro elétrico e extensão deverá possui DR.

10.1.14 SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, SONDAGENS. Requisitos legais: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Cumprir os requisitos estabelecidos na Nr-18.6 (Escavações, Fundações e Desmonte de rochas);
3. A área de trabalho deve ser previamente limpa, devendo ser retirados ou escorados solidamente árvores, rochas, equipamentos, materiais e objetos de qualquer natureza, quando houver risco de comprometimento de sua estabilidade durante a execução de serviços;
4. Muros, edificações vizinhas e todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação devem ser escorados;
5. Os serviços de escavação, fundação e desmonte de rochas devem ter responsável técnico legalmente habilitado;
6. Quando existir cabo subterrâneo de energia elétrica nas proximidades das escavações, as mesmas só poderão ser iniciadas quando o cabo estiver desligado;
7. Na impossibilidade de desligar o cabo, devem ser tomadas medidas especiais junto à concessionária;
8. Os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) devem ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim;
9. As escavações com mais de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de profundidade devem dispor de escadas ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores;
10. Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude;
11. Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida.

10.2 ORIENTAÇÕES RELATIVAS A MEIO AMBIENTE

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato.

* + 1. INSTALAÇÃO DE CANTEIROS DE OBRAS COM ESCRITÓRIO, BANHEIROS, BEBEDOUROS, REFEITÓRIOS, ETE, FOSSA, ALMOXARIFADO, OFICINA, ETC. Requisitos legais: Lei 9966/00; Lei 12.305/2010; NBR 5419/2005; Procedimento EMAP PO 18 Procedimento EMAP PC 39 Procedimento EMAP PC 42;

1. Apresentar memorial descritivo, Layout e Mapa de localização do canteiro de obras;
2. As oficinas mecânicas deverão possuir piso impermeável, material para contenção de vazamentos de óleo (Serragem, turfa, areia ou outros), cobertura e sistema de drenagem conectado a uma Caixa Separadora de Água e Óleo - CSAO;
3. A empresa deverá dispor do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos;
4. Em refeitórios, deve-se seguir a prática de coleta seletiva, com os coletores devidamente identificados e seguindo a exigência da lei nacional de resíduos;
5. A empresa deve ter o controle de sua água potável com os laudos de potabilidade de água, devidamente feitos por empresa habilitada;
6. Os bebedouros devem ser periodicamente limpos conforme cronograma de limpeza a ser elaborado pela contratada. Produtos de limpeza deverão estar em locais adequados e com suas respectivas FISPQ (Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos) disponíveis;
7. Em sanitários ou banheiros químicos, a empresa deve providenciar o controle dos efluentes sanitários, realizando limpeza periódica de banheiros, fossas sépticas e demais instalações. Este serviço deverá ser realizado por empresa especializada;
8. Os resíduos desses sanitários devem ter destinação ambientalmente correta com descarte feito por empresa habilitada;
9. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade;
10. Apresentar para a COAMB o Layout, memorial descritivo do canteiro de obras e planta de situação canteiro de obras;
    * 1. USO DE BETONEIRA. Requisitos legais: CONAMA 237/1997, Lei 12305/2010 PNRS, Procedimento EMAP PC 39.
11. Procedimentos para a limpeza das betoneira;
12. Conforme Procedimento EMAP PC 39 é vetado a lavagem de betoneiras na poligonal do Porto do Itaqui e Terminais Delegados;
13. Licença do órgão ambiental e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) dos fornecedores de insumos, tais como, areia e pedra;
    * 1. GERAÇÃO DE RESÍDUOS CLASSE I e/ou CLASSE II A-B. Requisitos legais: Lei 12305/2010 Procedimento EMAP PO 18 Procedimento EMAP PC 39 procedimento EMAP PC 42.

a) Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos - PGRSL;

b) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com comprovante de pagamento do PGRSL;

c) CTF/IBAMA do responsável técnico pela elaboração do PGRSL;

d) Apresentar os programas de capacitação e treinamentos voltados para a Gestão de Resíduos;

e) Apresentar procedimento para o Gerenciamento dos Resíduos;

f) Cópia da Autorização para o deposito de resíduos no Aterro da Sanitário - CLASSE II A e CLASSE II B;

g) Apresentar contrato com empresa prestadora de serviço para o gerenciamento de resíduos - CLASSE I, II A e II B;

h) Enviar para a Coordenadoria de Meio Ambiente os comprovantes de tratamento dos resíduos gerados na atividade;

i) Apresentar comprovante de tratamento de todos os resíduos gerados nas atividades.

10.2.3 UTILIZAÇÃO DE INSUMOS (AREIA, ARGILA, BRITA, CIMENTO, LATERITA, MADEIRA, ETC. Requisitos legais: CONAMA 379/2006 CONAMA 237/1997 Procedimento EMAP PC 34

1. Apresentar licença ambiental dentro da validade do fornecedor;
2. Apresentar Documentos de Origem Florestal DOF / IBAMA;
3. Notas Fiscais de aquisição da madeira quando solicitado;
4. Quando houver utilização de motosserras, apresentar licença para porte e uso de motosserra IBAMA, Lei 7803/89;

10.2.4 USO DE PRODUTOS QUÍMICOS – Tintas e Solvente Requisitos legais: CONAMA 237/1997 CONAMA 450/2014; RDC 72/09 alterada pela nº10/2012; Procedimento EMAP PC 41

1. A contratada deve informar através de inventário todos os produtos químicos armazenados e utilizados durante as suas atividades;
2. A contratada deve apresentar Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ de todos os produtos químicos armazenados;
3. Todos os produtos químicos devem ser acondicionados e transportados considerando os requisitos definidos nas FISPQ´s. A Contratada deve aprresentar para a Coordenadoria de Meio Ambiente como será armazenado dos produtos quimicos e os resíduos perigosos;
4. O transporte de produtos químicos só deve ocorrer quando acompanhado da respectiva Ficha de Emergência;
5. Quando aplicável, as embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos fracionados deverão ser certificadas por Organismos de Certificação de Produtos (OCP), acreditados pelo INMETRO ou outras organizações acreditadoras;
6. O transporte terrestre de produtos perigosos deve atender aos requisitos especificados em legislação pertinente;
7. Utilizar KIT DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL composto de pá, enxada, serragem de madeira, sacos pláticos, bandeja de contenção para a realização da atividade;
8. Para transporte dos resíduos perigosos os motoristas contratados devem apresentar a carteira de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP);
9. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

10.3 RECOMENDAÇÕES QUANTO À SAÚDE OCUPACIONAL

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Atividade** | **Documentos obrigatórios** | **Exames obrigatórios** | **Periodicidade de realização dos exames** |
| 1.0 Serviços em eletricidade  (nr 10) | ASO;  Ficha Clínica.  Assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Raio X De Tórax Ap;  Acuidade Visual;  Hemograma Completo;  Glicemia Em Jejum;  Tipagem Sanguinea (Somente No Admissional);  Eletrocardiograma (ECG);  Gama Gt.  Obs.: Esses Exames Deverão Ser Laudados E Assinados Por Especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |
| 2.0 Serviços de transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de material (NR 11) | ASO;  Ficha Clínica.  Assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Raio X De Tórax Ap;  Acuidade Visual;  Hemograma Completo;  Glicemia Em Jejum;  Tipagem Sanguinea (Somente No Admissional);  Eletrocardiograma (ECG);  Gama Gt.  Obs.: Esses Exames Deverão Ser Laudados E Assinados Por Especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |
| 3.0 Serviços Insalubres (NR 15) | | | |
| 3.2 Ruído | ASO;  Ficha clínica.  Assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Audiometria tonal e vocal;  Raio x de tórax ap;  Acuidade visual;  Hemograma completo;  Glicemia em jejum;  Tipagem sanguinea (somente no admissional).  obs.: esses exames deverão ser laudados e assinados por especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |
| 3.3 Poeiras minerais/particulados | ASO;  Ficha clínica, assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Raio x de tórax ap;  Acuidade visual;  Hemograma completo;  Glicemia em jejum;  Tipagem sanguinea (somente no admissional);  Espirometria.  obs.: esses exames deverão ser laudados e assinados por especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |
| 3.4 Vibração | ASO;  Ficha clínica.  Assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Raio x de tórax ap;  Raio x de punho;  Raio x da coluna vertebral;  Audiometria tonal e vocal; eletroencefalograma(eeg);  Acuidade visual;  Hemograma completo;  Glicemia em jejum;  Tipagem sanguínea (somente no admissional).  obs.: esses exames deverão ser laudados e assinados por especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |
| 4.0 SERVIÇOS COM LÍQUIDOS COMBUSTÍVEIS E INFLAMÁVEIS (NR 20) | ASO;  Ficha clínica.  Assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Raio x de tórax ap;  Acuidade visual;  Hemograma completo e reticulócitos  Glicemia em jejum;  Tipagem sanguinea (somente no admissional);  Gama gt.  obs.: esses exames deverão ser laudados e assinados por especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |
| 5.0 TRABALHO EM ALTURA (NR 35) | ASO;  Ficha clínica.  Assinados por médico do trabalho ou médico examinador indicado. | Raio x de tórax ap;  Acuidade visual;  Hemograma completo;  Glicemia em jejum;  Tipagem sanguinea (somente no admissional);  Eletrocardiograma (ecg);  Gama gt;  Parasitológico de fezes.  obs.: esses exames deverão ser laudados e assinados por especialista. | Todos os exames serão realizados no admissional e anualmente |

|  |  |
| --- | --- |
| **OBSERVAÇÕES** | |
| OBS.1: O exame de audiometria deverá ser realizado no admissional , no 6º mês após este, anualmente e no demissional.  OBS.2: Todos os empregados com mais de 40 anos que realizam atividades administrativas ou operacionais, deverão realizar o exame de eletrocardiograma.  OBS.3: Todos os empregados acima de 50 anos que realizam atividades administrativas ou operacionais deverão realizar teste ergométrico.  OBS.4: Todos os empregados homens > 50 anos que realizam atividades administrativas ou operacionais deverão realizar PSA total e livre.  OBS.5: Todos os exames citados acima deverão ser realizados no admissional e anualmente.  OBS.6: O prazo para entrega de toda a documentação para a COMED será antes da assinatura da os e anualmente conforme necessidade/obrigatoriedade.  OBS.7: Toda documentação (PCMSO, ficha clínica, ASOS e exames complementares) serão encaminhados à COMED via e-mail.  OBS.8: No caso da documentação (ficha clínica, aso e exames complementares), estas serão separadas por empregados e encaminhadas à COMED de maneira individual. | |
| **EXIGÊNCIAS DA DOCUMENTAÇÃO DE SAÚDE** | |
| **PCMSO** | 4.1 No PCMSO deverão constar os itens obrigatórios descritos abaixo:  4.1.1 CAPA:  • Logomarca; • Nome da empresa • Data da elaboração do PCMSO; • Validade: • Nome do Médico Elaborador e Coordenador do PCMSO, com CRM e telefone;  4.1.2 ÍNIDICE (PAGINADO)  4.1.3 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:  • Razão social; • CNPJ; • Endereço completo (rua ou avenida, número, bairro, cidade, Estado, CEP, telefones e e-mail); • Ramo de Atividade Principal;  • CNAE Principal; • CNAE´s Secundários; • Grau de Risco; • Nº de trabalhadores (homens e mulheres); • Horário de Trabalho; • Contato na Empresa (nome, telefone, celular e e-mail); • Dados da Contratante (nome, ramo de atividade, endereço) • Dados do Contrato (Objeto do Contrato, Gestor do Contrato, início e término, local da execução da obra nas áreas administradas pela EMAP).  4.1.4 OBJETIVOS DO PCMSO (DESCREVER):  4.1.5 RESPONSABILIDADES  • Empregador; • Empregado; • Médico Coordenador.  4.1.6 EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS EXIGIDOS DE ACORDO COM A FUNÇÃO:  • Admissional; • Demissional; • Periódico; • Mudança de função e Retorno ao Trabalho.  4.1.7 MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA CAIXA DOS PRIMEIROS SOCORROS  4.1.8 FLUXOGRAMA OPERACIONAL EM CASOS DE URGÊNCIA E MERGÊNCIA  4.1.9 FICHA CLINICA  • Modelo; • Responsabilidades; • Manutenção de Arquivos; • Transferência de Arquivos.  4.1.10 MODELO DE ASO USADO  4.1.11 DESCRIÇÃO DE TODOS OS MÉDICOS EXAMINADORES (da empresa ou de clínica credenciada):  • Nome; • CRM; • Fone.  4.1.12 MODELO DE QUADRO III DA NR 7  4.1.13 CRONOGRAMA DE AÇÃO DO PCMSO  4.1.14 ASSINATURAS:  • Médico Elaborador do PCMSO; • Médico Coordenador do PCMSO (quadro exigido pela NR 7 ou da empresa contratante); • Responsável Legal da Empresa;  • Local e Data. |
| **RELATÓRIO ANUAL DO PCMSO** | No Relatório anual do PCMSO deverão constar os itens obrigatórios descritos abaixo:  4.2.1 NÚMERO DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS (EXAME FÍSICO), ASSINALANDO OS ANORMAIS;  4.2.2 NÚMEROS DE EXAMES COMPLEMENTARES (LABORATÓRIO, AUDIOMETRIA ETC), ASSINALANDO OS ANORMAIS;  4.2.3 NÚMEROS DE ATESTADOS MÉDICOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES;  • Número de Atestados x Número de Empregados; • Número de Atestados x Dias de Atestado; • Dias de Atestados x Número de Empregados.  4.2.4 AFASTAMENTOS PELO INSS  • Gravidez/parto; • Doença Ocupacional; • Doença Não Ocupacional; • Acidente de Trabalho.  4.2.5 CAMPANHAS DE VACINAÇÃO  Vacinação antitetânica será de caráter obrigatório para todos os empregados  4.2.6 EVIDENCIAS DE PALESTRAS EDUCATIVAS  4.2.7 EVIDENCIAS DE CAMPANHAS EM SAÚDE  4.2.8 QUADRO DE EXAMES  NOTA: Todas as ações de saúde deverão ser registradas e guardadas para fins de fiscalização e/ou auditoria interna. |

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

VALOR ESTIMADO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRASAGESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Conforme art. 83. da lei 13.303/2016, a inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

1. Advertências;
2. Multas;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e Impedimento de contratar com a EMAP.

Quanto a alínea a) a “**advertência**” poderá ser aplicada por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. No caso de três advertências pelo mesmo motivo, está se converterá em multa conforme o grau da ocorrência. A Contratada será advertida por meio de Termo de Notificação emitido pela Fiscalização da EMAP.

Quanto a alínea b) **Multa compensatória incidente por dia ou por ocorrência**, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação oficial, segundo graduação informada na Tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Grau** | **Multa** |
| 01 | 0,01% por dia ou ocorrência sobre o valor da etapa em que a infração foi constada. |
| 02 | 0,03% por dia ou ocorrência sobre o valor da etapa em que a infração foi constada. |
| 03 | 0,05% por dia ou ocorrência sobre o valor da etapa em que a infração foi constada. |

Tabela 4: Grau e percentual da multa

Para os casos em as infrações precedem a emissão da Ordem de Serviço, a multa será calculada sobre o valor da primeira etapa do objeto, conforme os percentuais atribuídos a cada grau de infração descritos nas tabelas 4 e 5.

A Tabela mostra a relação entre as obrigações da Contratada e a graduação da multa em caso de descumprimento da respectiva obrigação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pontos de responsabilidade da Contratada** | **Grau** | **Prazos** |
| Manter, durante a vigência do Contrato as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe técnica, indicada para fins de capacitação técnico-profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização da EMAP. | 01 | Por dia, a contar da comunicação oficial. |
| Elaborar o Projeto Executivo o qual deverá detalhar a solução apresentada na análise, avaliada pela Fiscalização da EMAP, documentando todas as suas fases, especificações, desenhos e detalhes dos componentes, necessários para o entendimento do mesmo. | 02 | Por dia, caso haja atraso na entrega e por ocorrência em caso de má qualidade, a contar da comunicação oficial. |
| Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, os materiais e os serviços, dentro do prazo estabelecido pela Fiscalização. | 01 | Por dia, a contar da identificação do vício através de comunicação oficial. |
| Facilitar o pleno exercício das funções da Fiscalização. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da Fiscalização não desobriga a Contratada de sua própria responsabilidade quanto à adequada execução do objeto contratado. | 01 | Por ocorrência. |
| Após a emissão da Ordem de Serviço, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, providenciar a ART no CREA do(s) profissional(is) responsável(is) pelos serviços que serão executados, entregando uma via de cada anotação à Fiscalização e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados. | 01 | Por dia, a contar da comunicação oficial. |
| Entregar os documentos de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e do planejamento dos serviços até a data limite informada pela Fiscalização. | 03 | Por dia, a contar da comunicação oficial. |
| Cumprir o cronograma de fornecimento e instalação do equipamento. | 03 | Por dia, a contar da notificação oficial |
| Cumprir as normas de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente | 03 | Por dia, a contar da notificação oficial |

Tabela 5: Pontos de Responsabilidade da Contratada

A aplicação da multa moratória, após regular processo administrativo, não impede que a EMAP rescinda o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis, descritas nas alíneas a) e c)

Quanto a alínea c) A “**Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP**” pelo prazo de até 02 (dois) anos. Serão motivos suficientes para emissão de penalidade disposta na alínea c:

* Abandono do contrato por um período superior a 30 dias;
* Falsificação de qualquer documentação de comprovação de condições de habilitação identificada em qualquer fase do contrato.

A Contratada que for sancionada conforme alínea c) será declarada como inidônea para licitar ou contratar com a EMAP e permanecerá nesta condição enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a EMAP, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e/ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As multas poderão ser aplicadas cumulativamente, caso um mesmo evento se enquadre em mais de uma das hipóteses citadas nos subitens acima listados.

A aplicação de qualquer uma das penalidades previstas realizar-se-á por meio de processo administrativo em que se assegurará o contraditório e a ampla defesa, por parte da Contratada.

A EMAP, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EMAP, observando o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou os prejuízos causados à EMAP serão descontadas da Garantia de Execução do Contrato e em caso de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Após aplicação da penalidade, a Contratada terá o prazo máximo de até 10 dias para apresentação do recurso administrativo protocolado junto a EMAP.

Em caso de acolhimento das justificativas apresentadas pela Contratada, o valor retido correspondente à multa calculada, será devolvido à Contratada, não se aplicando atualização financeira de qualquer natureza.

# VALOR DO CONTRATO

Conforme a Lei 13.303/2019, art. 34, o valor estimado do contrato celebrado por empresa pública será de caráter sigiloso.

Dessa forma, disponibilizam-se os modelos da Planilha Orçamentária Sintética e de sua Composição de Custo Unitária em anexo a este Projeto Básico.

O preço proposto para execução do Contrato, objeto desta licitação será fixo, expresso em reais (R$) e se referirão à data de apresentação das propostas, válidos por 60 (sessenta) dias.

Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 02 (duas) casas decimais “truncadas” (padrão TCU) para evitar correções futuras nas Propostas de Preços.

Informa-se ainda que há Disponibilidade Financeira e Orçamentária no orçamento da EMAP CAPEX 2020/2021.

# GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTOXECUÇÃO DO CONTRATOGESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

O contrato será acompanhado por um gestor de contrato, representante da EMAP.

Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Implantação, especialmente designados pelo Presidente da EMAP que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Projeto Básico e em atestar a Nota Fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização devem ser reportadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos serviços não poderão ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A Fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores, nem tão pouco a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, entre outros.

A Fiscalização deverá registrar Avaliação de Fornecedores, em anexo a este Projeto Básico, nos quesitos atendimento, qualidade, segurança e meio ambiente, sempre ao fechamento de cada medição. Podendo a qualquer momento reavaliar a comprovação de capacidade técnica declarada e a quaisquer quantidades, rever ou suspender a Contratada, caso não atenda ao potencial exigido para este Objeto.

A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos, devendo apresentar os motivos que justifiquem a solicitação. Da decisão referida cabe recurso, à Contratada, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da data da solicitação.

As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

# ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

# REQUISITOS TÉCNICOS14. ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação deste Projeto Básico e ao posterior desenvolvimento das atividades contratadas, são:

1. Prejuízos financeiros a EMAP relativos à mão de obra empregada para elaboração de todo o processo licitatório;
2. Impacto ao plano de investimento da EMAP;
3. Impacto negativo para imagem da EMAP e do Porto do Itaqui.

Desta forma, deverá ser exigida da Contratada a apresentação à EMAP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, com validade para todo o período contratual.

A garantia citada deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

1. **Caução em dinheiro:** Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a Contratada deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.
2. **Fiança bancária:** Se a opção de garantia for fiança bancária, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:
   1. Emitidas por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
   2. Os bancos observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
   3. Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a Contratada de suas responsabilidades;
   4. Contendo firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
   5. Contendo assinaturas de duas testemunhas;
   6. Contendo rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas;
   7. Seja entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer natureza;
   8. O banco possua sistema para verificação de autenticidade.
3. **Seguro-garantia**: Se a opção de garantia for seguro-garantia, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:
4. A via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital.
5. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03 de junho de 2003.
6. O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.
7. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
   1. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato
   2. Objeto a ser contratado, especificado no Edital
   3. Nome e número do CNPJ do Segurado
   4. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora)
   5. Nome e número do CNPJ da Contratada (Tomadora da apólice).

As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a EMAP como Segurada e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

Sobre o valor da caução prestada em dinheiro incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pro rata *temporis* atualizada a partir da data de recolhimento à EMAP, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

A garantia prestada na forma escolhida pelo licitante deverá ser entregue à EMAP, localizada na Avenida dos Portugueses, s/nº, Porto do Itaqui, CEP: 65085-370, São Luís – MA, que emitirá o respectivo recibo de recebimento. Cópia desse recibo deverá ser entregue pela Contratada à Fiscalização.

A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela Contratada referentes à:

1. Prejuízos ou danos causados à EMAP.
2. Prejuízos ou danos causados a terceiros pela Contratada.
3. Toda e qualquer multa contratual.
4. Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição, verbas rescisórias etc.
5. Quaisquer obrigações não cumpridas pela Contratada em relação ao Contrato, previstas no ordenamento jurídico do país.
6. Multas aplicadas por órgãos oficiais.

No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a Contratada por perdas e danos causados à EMAP, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

A garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que o licitante contratado tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

Quando se tratar de consórcio, a garantia de Execução do Contrato poderá ser apresentada integralmente por qualquer consorciada, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

# REQUISITOS TÉCNICO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃOS

# 16. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOSREQUISITOS TÉCNICOS

15.1 Capacidade Técnico-Operacional

1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;
2. Apresentação de atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço/obra compatível com o objeto desta licitação, observada a parcela de maior relevância e valor significativo delimitada a seguir:

* Fornecimento e Instalação de Elevadores;

15.2 Qualificação Técnica - Capacitação Técnica

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de apresentação das propostas, profissional(is), reconhecido(s) pelo CREA ou pelo CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) a:

* Fornecimento e Instalação de Elevadores;

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra/serviço objeto deste Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**Obs1:** Não será aceito atestado de obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs2:** Não será aceito atestado de capacitação técnica de Subcontratada, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs3:** Não Será aceito atestado de fiscalização ou coordenação de Obra.

**Obs4:** Não serão aceitos atestados emitidos pela própria Licitante.

15.3 Da Documentação Complementar

Serão necessários os documentos a seguir, em meio físico e eletrônico (xls) em CD ou DVD:

* Planilha orçamentária sintética, utilizando 02 (duas) casas decimais “truncadas” (padrão TCU);
* Cronograma físico-financeiro de desembolso;
* Composição de custos unitários;
* Planilha de encargos sociais;
* Planilha de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI.

O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha sintética, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à EMAP.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI, de Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário, é:

onde:

AC = É a taxa de rateio da Administração Central;

S = É uma taxa representativa de Seguros;

R = Corresponde aos riscos e imprevistos;

G = É a taxa representativa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF = É a taxa representativa das despesas financeiras;

L = Corresponde ao lucro bruto;

I = É a taxa representativa dos impostos (PIS, CONFINS e ISS).

**Obs1:** Para os itens de mão de obra de consultoria deverá ser observada a utilização de BDI e Encargos Sociais diferenciados.

**Obs2**. As empresas ME e EPP optantes pelo Simples Nacional deverão em sua composição de BDI devem prever alíquotas compatíveis com aquelas em que a empresa está obrigada a recolher, conforme os percentuais contidos no Anexo IV da LC 123/2006, e não incluir na composição de encargos sociais os gastos relativos ao ressarcimento das contribuições a que estão dispensadas de recolhimento, conforme disposto no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

**Obs3**: Conforme decreto 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia – prevê em seu art. 9º, § 1º

Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

# METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 16. METODOLOGIA E O21. VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICARGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A Contratada deverá apresentar após a realização da reunião de *kick off* a metodologia a ser utilizada para execução dos trabalhos como: plano de trabalho; cronograma físico-financeiro (com auxílio de programa ou planilha que demonstre os avanços e índices de produção), equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados, métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas e demais informações pertinentes e toda documentação pertinente e obrigatória relativa a Saúde, Segurança do Trabalho e ao Meio Ambiente.

O prazo para a Contratada entregar a documentação citada é de 15 (quinze) dias corridos após a reunião de *kick off*.

A Fiscalização da EMAP poderá aplicar Notificação à Contratada caso esta não entregue a documentação no prazo estabelecido.

A metodologia apresentada pela Contratada deve observar o prazo para conclusão da obra/serviço.

Para a prestação dos serviços contratados neste escopo, a Contratada deverá atender as Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou Normas Estrangeiras pertinentes.

Os materiais, máquinas e equipamentos a serem empregados, bem como os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

1. Às normas e especificações constantes deste Projeto Básico;
2. Às normas da ABNT;
3. Às disposições legais da União e do Estado do Maranhão;
4. Instruções técnicas, catálogos de fabricantes;
5. Às Normas Internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
6. Às Normas Regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;
7. Às Normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da EMAP.

Na contratação semi-integrada, o Projeto Básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação, conforme disposto no Art. 42, § 1º, IV da Lei nº 13.303/2016.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

# OBRIGAÇÕES DA EMAPOBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. Apresentar um Gestor ou Preposto, para a execução dos serviços objeto do Contrato, indicando à Fiscalização os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica.

1. Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;
2. Gerenciar os serviços;
3. Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade.
   * 1. É condição para início do contrato a indicação do representante da Contratada, com registro em conselho de Classe local, devidamente em dias.
     2. Será necessário que o preposto esteja no local da execução dos serviços.
   1. Arcar com as despesas dos eventos listados na Matriz de Risco como de sua responsabilidade, sem nenhum custo à EMAP
   2. De acordo com o artigo 81 §1°da Lei 13.303/16:

“§ 1° O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos”.

* + 1. Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados.
  1. Entregar todos os documentos, planos e cronogramas previstos no item “16 - Metodologia e Organização dos Trabalhos”.
     1. Decorrido o prazo estipulado, a EMAP emitirá a Ordem de Serviço (O.S.), iniciando-se nesta data o Prazo de Execução.
  2. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.
  3. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Projeto Básico.
     1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos neste Projeto Básico não transfere à EMAP a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

17.7 A Contratada deverá manter em seu quadro de empregados, durante toda a execução do contrato, egressos do sistema prisional nas seguintes proporções:

1. 5% (cinco por cento) das vagas, quando a contratação de 20(vinte) ou mais trabalhadores;
2. 1 (uma vaga), quando da contratação de 6 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores.
   * 1. A reserva de vaga constante do parágrafo anterior será exigida da vencedora da licitação quando da execução do contrato.
   1. Submeter à aprovação da Fiscalização os projetos executivos elaborados para o cumprimento do Objeto contratado.
   2. Entregar à Fiscalização os documentos que serão produzidos como detalhado no Item 2 deste Projeto Básico / Caderno de Encargos - através do protocolo da EMAP em meio físico (impresso) e digital (mídia digital em CD).
   3. Apresentar a ART dos seguintes serviços:
3. Projeto Executivo para adequação da infraestrutura predial para o fornecimento, instalação e manutenção de uma plataforma cabinada na sede da Emap, localizada no Porto do Itaqui em São Luis- MA, com projeto elétrico, de fundação, estrutural, Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva.
   1. Prestar à EMAP os esclarecimentos que julgar necessários para a boa execução do Contrato, relatando toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do serviço, obra ou fornecimento.
   2. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Fiscal do Contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, apresentando documentação requerida e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
   3. Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto Básico, devidamente identificado mediante a utilização de crachás e uniformes.
   4. Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI’s) e equipamentos de proteção coletiva (EPC’s) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco conforme item 10, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto Básico.
   5. Responder perante a EMAP e a terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.
   6. Apresentar Certificado de matrícula do Serviço prestado, obtido no Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de trinta dias corridos contados do início de suas atividades.
   7. Realizar os serviços solicitados pela EMAP neste Projeto Básico, com a observância dos prazos por ela determinados.
   8. Antes de iniciar os trabalhos, expor a metodologia proposta, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.
   9. Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo ou vantagens decorrentes de convenção coletiva.
   10. Responder pelos danos causados diretamente EMAP ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pela EMAP.
   11. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela Fiscalização, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição.
   12. Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a mesma.
   13. A Contratada deverá tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente.
   14. Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP. Se necessária informação adicional, as mesmas poderão ser solicitadas pelo e-mail: cls@emap.ma.gov.br.
   15. Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os maus executados, quando requerido pela Fiscalização ou esteja previsto neste Projeto Básico.
   16. Comunicar à Fiscalização qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
   17. Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos.
   18. Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços.
   19. Esclarecer as inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue, com prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela Contratada.
   20. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 76 da Lei nº 13.303/2016.
   21. Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui.
   22. Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP.

# OBRIGAÇÕES DA EMAP

# CONDIÇÕES22. PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTOCE23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃOBIMENTO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTOOBRIGAÇÕES DA EMAP

* 1. Indicar um Fiscal do Contrato, representante da Administração Pública, para acompanhar o desenvolvimento do Objeto Contratado
  2. Treinar todos os empregados da Contratada no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).
  3. Fornecer a Contratada cópia dos registros realizados e ser informado a cada alteração, desde que solicitado pela mesma.
  4. Encaminhar à Contratada os comentários e/ou orientações efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
  5. Efetuar o pagamento devido à empresa Contratada para o serviço, de acordo com as condições de preço e prazo, se esta cumprir todas as exigências constantes deste Projeto Básico e seus anexos.
  6. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações da Área Primária para a realização dos serviços, conforme local definido neste Projeto Básico e seus anexos, desde que atenda todas as determinações da Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente.
  7. Fornecimento de água e energia elétrica à Contratada.
  8. Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da empresa Contratada.
  9. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços de acordo com este Projeto Básico e seus anexos;
  10. Aprovar a indicação pela Contratada do Preposto responsável pela condução dos serviços.
  11. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização.
  12. Verificar se estão sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista na proposta.
  13. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos serviços.
  14. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços.
  15. Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Projeto Básico.
  16. Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada.
  17. Receber provisoriamente todos os serviços, verificando o atendimento aos comentários efetuados.
  18. Cumprir as regras e condições expostas deste Projeto Básico e no Edital de Licitação.
  19. Permitir a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a Contratada possa executar as suas obrigações.

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# 21. VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

O Critério de Medição do Objeto contratado será por preço unitário.

As medições deverão ser realizadas de acordo com descrito no Critério de Medição anexado a este Projeto Básico.

Para a realização de cada medição deverão ser apresentados todos os documentos oficiais, citados no Item 22.6, formalmente protocolados na sede da EMAP, juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Relatório de Serviços Executados que demonstre a execução de cada item cobrado na medição, devidamente aprovado pela Fiscalização.

Não haverá em nenhuma hipótese, pagamento por antecipação. Toda medição de equipamento deverá ser após fornecimento/instalação.

# CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

# 24. REAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO2025. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOS

# 25. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOSO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

# VISITA TÉCNICACRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃOCONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

A fiscalização deverá rejeitar, no todo ou parte, os serviços que estiverem em desacordo com as condições especificadas neste Projeto Básico.

Diante dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”, a Fiscalização promoverá a tabulação dos mesmos, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

1. Provisoriamente, pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada;
2. Definitivamente, em período não superior a 90 (noventa) dias, por comissão designada pela administração, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

# 21. VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# 22. PAGAMENTO21. VISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTOVISITA TÉCNICA

# PAGAMENTOVISITA TÉCNICA

* 1. O licitante poderá visitar o local dos serviços objeto deste Projeto Básico para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, observando os feriados nacionais, estaduais e municipais.
  2. A Visita Técnica será previamente agendada pela licitante, com antecedência mínima de um dia útil. A EMAP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local de execução dos serviços, o qual deverá ser previamente solicitado pelo e-mail [copro@emap.ma.gov.br](mailto:copro@emap.ma.gov.br) das 09 às 16 horas, contendo o nome completo da empresa, CNPJ, nome(s) completo(s) do(s) profissional(is) que realizará(ão) a visita técnica e cópia de RG e CPF.
  3. A Visita Técnica tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes. Dúvidas relativas aos documentos e seus anexos devem ser enviadas ao e-mail da [csl@emap.ma.gov.br](mailto:csl@emap.ma.gov.br) para que seja respondida pela equipe técnica e posteriormente divulgada a resposta de modo a garantir a isonomia do processo licitatório.
  4. Tendo em vista a faculdade da realização da Visita Técnica, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Projeto Básico.
  5. A Visita Técnica será acompanhada por representante da EMAP, designado para esse fim, o qual visará à declaração comprobatória da vistoria efetuada.
  6. Em caso de não realização da Visita Técnica, o licitante deverá apresentar Declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local da obra para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

# 22. PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃO22. PAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

# 23. SUBCONTRATAÇÃOPAGAMENTO

* 1. A EMAP, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, deve obedecer à estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos créditos.
  2. O pagamento dos serviços será efetuado de acordo com o previsto no Cronograma para Desembolso Financeiro apresentado no Anexo IX em periodicidade mensal ou superior e após entrega do Relatório/Parecer Técnico mediante Boletim de Medição (modelo EMAP), devidamente atestado pela Fiscalização e pela Contratada e conforme critérios estipulados neste documento.
  3. A aceitação dos serviços deverá ser precedida de preenchimento da Avaliação de Fornecedor, anexada a este Projeto Básico.
  4. A Nota Fiscal só poderá ser emitida após análise e aprovação do Boletim de Medição pela Fiscalização, e autorização da Presidência da EMAP, sendo seu pagamento efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de toda a documentação necessária, conforme item 22.5.
  5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) sob responsabilidade da Contratada.
  6. O pagamento da medição estará condicionado à verificação do Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, conforme Lei Estadual Nº 6.690 de 11 de julho de 1996 e da apresentação das seguintes certidões:

1. Carta de Solicitação de Pagamento oriunda do fornecedor;
2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
3. Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
   1. Para fins de emissão de Carta de Solicitação de Pagamento e Nota Fiscal informa-se que deve ser emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, com o seguinte endereço: Av. dos Portugueses, s/n, CEP: 65085-370, Porto do Itaqui em São Luís - MA.

# 23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# 24. REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

# REAJUSTAMENTO23. SUBCONTRATAÇÃO

Em obediência ao Art. 8º da Lei estadual nº 10.403/2015, os serviços objeto deste Projeto Básico deverá ser subcontratado o percentual de 1% a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado com exclusividade para Microempreendedores Individuais – ME, ou Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP.

As Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

No momento da habilitação, a empresa licitante deverá apresentar, juntamente com a sua, a documentação das Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI exigida no edital, inclusive a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais subcontratados, sendo de sua responsabilidade a atualização da referida documentação durante a vigência contratual, sob pena de rescisão, aplicando-se para regularização das eventuais pendências o prazo previsto no art. 5º da Lei 10.403/2015.

A Contratada substituirá a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a EMAP, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

Caso seja comprovado que a empresa subcontratada deixe de honrar com seu compromisso contratual em decorrência de imperícia, negligência, má gestão ou em razão de outra prática danosa punida pela legislação aplicada à matéria, a empresa, independente das demais sanções civis e criminais que se fizerem requeridas, será declarada inidônea e impedida de participar diretamente ou como subcontratada de outros certames licitatórios no âmbito da Administração Pública Estadual.

A Contratada se responsabiliza pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

O Contrato firmado com a licitante vencedora constará a empresa subcontratada vinculada aos serviços acessórios a ela destinados no edital, a qual responderá solidariamente pela parte que lhe couber.

A Contratada permanecerá diretamente responsável pela entrega do objeto deste Projeto Básico, nos limites estabelecidos no ordenamento jurídico nacional, assegurando-se a ela o respectivo direito de regresso.

# 24. REAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOS24. REAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

# 25. ANEXOSREAJUSTAMENTO

**I - Reajustamento**

* 1. Os preços contratuais poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da Contratada, nos termos e condições estabelecidos no Contrato e no Edital de Licitação que o gerou. O primeiro reajuste poderá ocorrer somente após o prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta indicada no Edital, mantendo-se para os reajustes subsequentes a mesma periodicidade anual, garantindo a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.
  2. Os reajustes serão realizados com base no Índice Geral de reajustamento de Máquinas e Equipamentos Industriais DNIT, ou por outro índice que vier a substituí-lo.
  3. O reajuste será aplicado pelo índice setorial pertinente, com base no valor do índice do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.
  4. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

= índice correspondente ao mês do reajuste; e

= índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

* 1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
  2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente. Não havendo consenso entre as partes a demanda deverá ser judicializada.
  3. Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.
  4. Não haverá direito a reajustamento a contratada que motivar atraso na obra, seja por imperícia ou improdutividade, ainda que atinja o prazo de 12 meses estabelecidos.

# 25. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOS

# 25. ANEXOS

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS25. ANEXOS

Anexo I – *Check List* de Segurança e Meio Ambiente;

Anexo II – Caderno de Encargos;

Anexo III – Documentos modelos:

1. Modelo de Planilha Orçamentária Sintética;
2. Modelo Composição de Custo Unitário;
3. Modelo de BDI;
4. Modelo de Planilha de Encargos Sociais.

Anexo IV – Critério de Medição;

Anexo V – Matriz de Risco;

Anexo VI – Responsabilidade Técnica – RRT e ART;

Anexo VII – Planilha de Avaliação de Fornecedores;

Anexo VIII – Plantas;

Anexo IX – Cronograma para Desembolso Financeiro